

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Laís Clemente de Oliveira

A COMPLEXIDADE DO COMPLEXO:
uma análise sobre as transformações sócioespaciais no Complexo da Maré

Rio de Janeiro

2011

Laís Clemente de Oliveira

A COMPLEXIDADE DO COMPLEXO:
uma análise sobre as transformações sócioespaciais no Complexo da Maré

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para a aprovação no curso técnico de nível médio com habilitação em Vigilância em Saúde.

Orientador(a): Paulo Henrique Barbosa de Andrade

Rio de Janeiro

2011

Laís Clemente de Oliveira

A COMPLEXIDADE DO COMPLEXO:
uma análise sobre as transformações sócioespaciais no Complexo da Maré

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para a aprovação no curso técnico de nível médio com habilitação em Vigilância em Saúde.

Aprovado em 13/12/2011

BANCA EXAMINADORA

(Me. Paulo Henrique Barbosa de Andrade – FIOCRUZ / EPSJV / LABFORM)

(Alex Lamônica Magalhães – FIOCRUZ / EPSJV / LABFORM)

(Dra. Muza Clara Chaves Veslaques – FIOCRUZ / EPSJV / LABFORM)

AGRADECIMENTOS

Esta monografia não é resultado apenas dos meus esforços especiais. Ela é fruto de uma jornada coletiva, da qual muitos participaram e contribuíram para a conclusão deste trabalho. Para mim foi uma honra contar com amigos e companheiros que me incentivaram nesta caminhada.

Após término deste trabalho pude perceber que a responsabilidade e disciplina são indispensáveis para a conclusão dos deveres que a vida impõem, e com isso, pude aprender a tomar decisões difíceis e abrir mão de certas coisas que interferiam na conclusão deste trabalho.

Para terminar este trabalho, primeiramente agradeço à Deus, pois sem ele não teria forças para terminar. É este quem me dá forças para continuar na minha jornada e não desistir nunca.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para que esta monografia fosse realizada, expresso toda a minha gratidão e admiração, em especial;

- Ao professor Paulo Henrique Barbosa de Andrade, orientador e companheiro desta jornada que contribuiu bastante para a conclusão desta monografia.

- Aos funcionários do Museu da Maré, com os empréstimos de trabalhos entrevistas, contribuíram imensamente para a realização desta construção.

- À minha família, Manoel e Francisca, mãe e pai, Liliane e Lidiane, irmãs, por simplesmente fazerem parte da minha vida, garantindo o estímulo à vida e contribuindo para eu não desanimar nesta caminhada.

- À turma Vigilância em Saúde 2009, que durante esses 3 anos contribuiu, com seu companherismo, para a não desistência deste trabalho. Ela se tornou o motivo de minhas alegrias de todos os dias durante as aulas. Sentirei saudades de todos.

*“O chão que é dado, aqui teve que ser
construído. Fazer a casa sem ter o chão é algo
absolutamente incrível. O processo de
ocupação da Maré tem um caráter heróico.”*

(Lilian Fessler Vaz)

RESUMO

O presente trabalho objetivou investigar o processo de consolidação do Complexo da Maré na metrópole carioca. Para conseguir alcançar tal objetivo, foi necessário analisar o processo de urbanização e favelização do Rio de Janeiro, fatores que tiveram grande influência na construção do Complexo da Maré. Este trabalho de conclusão de curso enfocou principalmente na construção deste território, onde pode ser considerado um processo conturbante que passou por várias décadas, modificando e reestruturando os diferentes modelos arquitetônicos encontrados neste território. Vale ressaltar que para alcançar este principal objetivo, este trabalho apresenta todos os fatores que influenciaram no nascimento da Maré, tais como os planos de urbanização da cidade e os projetos de urbanização das favelas, já que estes contribuíram para a consolidação das favelas e conseqüentemente, a construção do Complexo da Maré. Assim, esta presente monografia tem como principal enfoque analisar o contexto histórico da Maré até a atualidade.

Palavras-Chave: Complexo da Maré. Urbanização. Favelização. Rio de Janeiro. Consolidação. Processo. Projeto.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
---------------------------	----------

2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO	11
2.1 O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO	15
2.2 OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO	20
2.3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS	24
3 CARACTERIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DA MARÉ	27
4 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX a cidade do Rio de Janeiro foi marcada por um intenso processo de urbanização. Neste período, o território carioca contava com mais de meio milhão de habitantes, que sofriam com as crises clássicas da cidade moderna: moradia e saneamento. Enquanto as elites deixavam o velho centro em busca de amenidades nos arrabaldes, um vasto contingente de população pobre ocupava cortiços insalubres situados nos núcleos (VAZ, 2002). Com o encaminhar deste processo, o Rio de Janeiro foi modificando o seu modo de vida e o seu espaço urbano através da crescente densidade populacional da cidade e da intensificação do comércio.

Essas transformações apontadas acarretaram em uma remodelação do Rio de Janeiro, onde a segregação social passou a fazer parte da realidade carioca. Isto porque o Estado começou a priorizar uma pequena parte da população, investindo em áreas habitadas pelas classes mais abastadas e não intervindo em locais insalubres onde residia a população pobre. Estas mudanças foram necessárias para que o Rio de Janeiro se tornasse a “Cidade Maravilhosa”, idealizada pelas elites da sociedade carioca. Para alcançar tal objetivo, o Estado iniciava intervenções no território para que assim o tornasse um local agradável para a classe dominante e um grande centro de comercialização.

As intervenções do Estado na área central da cidade contribuíram para que as classes populares deixassem as suas moradias. Esta, sem recursos para pagar outras formas de habitação, foram construindo barracos nos morros próximos, onde já se erguiam casebres rústicos. O seu crescimento progressivo, alimentado pelas fortes migrações fez surgir às favelas. Morar nestas áreas era talvez a única forma de inserção social dos novos moradores à cidade moderna. Era lá que os excluídos da economia e da sociedade podiam construir um casebre, mesmo que frágil; era lá que se encontravam os migrantes e que se formavam laços de vizinhança; era lá que redes sociais promoviam a inserção social dos excluídos, mesmo sendo de forma marginal (VAZ, 2002). É durante este contexto da história da cidade que os morros com barracos e pequenas construções começaram a tecer seus locais no Rio de Janeiro, fazendo surgir assim as primeiras favelas, conhecidas como o padrão de moradia das classes populares.

Segundo Vaz (2002) inúmeras favelas foram se consolidando no Rio de Janeiro em decorrência do processo de urbanização, uma destas foi o Complexo da Maré. Este território que está situado às margens da Baía de Guanabara era a franja pantanosa da planície ao norte da cidade, onde, já no final do século XIX, alguns núcleos se formaram ao redor das pequenas

estações ferroviárias, em um ambiente ainda rural. A partir dos anos 30 a região de ocupação rarefeita foi saneada, designada como industrial, urbanizada e atravessada pelo mais importante eixo viário metropolitano, a Avenida Brasil, indicador da intensa expansão urbana da época.

O Complexo da Maré não pode ser caracterizado apenas como uma favela, mas sim como um complexo de favelas, ou seja, várias comunidades diferentes juntas, como se fossem vários territórios distintos, ou então uma quase-cidade informal. Complexo da Maré. Na verdade, a Maré é um dos maiores conjuntos urbanos de habitação popular no país, onde inúmeras modificações foram realizadas nas últimas décadas. Vale ressaltar que o território sofreu várias alterações, e que por isso a própria Maré que deu nome ao complexo tornou-se inexistente; foram tantos aterros que o mar praticamente desapareceu.

A partir desta breve contextualização apresentada, este trabalho tem como objetivo geral compreender o processo de urbanização do Complexo da Maré. Para entender esse processo, é necessário identificar e analisar os fatores que contribuíram para o nascimento deste território, como o processo de urbanização no Rio de Janeiro e suas consequências, o processo de favelização neste território, e também os principais agentes envolvidos na transformação do Complexo da Maré em região administrativa. Para a realização deste trabalho, foram feitas pesquisas em livros, jornais, artigos, trabalhos monográficos, páginas da internet, que relatam sobre o Complexo da Maré e os processos de urbanização e favelização do Rio de Janeiro. Com esses objetivos já determinados, realizaram-se leituras sobre acontecimentos na cidade durante o século XX e como estes fatores influenciaram na construção do Complexo da Maré. Além disso, este trabalho apontará algumas visões de autores diversos sobre a urbanização do Rio de Janeiro e análise de seu processo de favelização, focalizando-se no território estudado, a Maré.

É importante ressaltar a extrema importância de entender os processos de urbanização e favelização no Rio de Janeiro, já que estes obtiveram um caráter fundamental na construção da história da cidade e também foram acontecimentos sociais importantes que contribuíram para o nascimento do Complexo da Maré. Este território considerado uma “cidade informal” teve dificuldades para a sua estruturação, isto porque o Estado teve uma pequena atuação durante o seu surgimento. Por essa razão, busquei entender como se construiu esse Complexo, que hoje é caracterizado como um dos maiores territórios de baixa renda do Rio de Janeiro, segundo o Censo Maré 2000.

Ao observar que, nos dias de hoje, o Rio de Janeiro está em constante processo de urbanização, é importante lembrar que o processo de favelização também vem se

disseminando pelo espaço urbano, principalmente em áreas já consolidadas. Com isso, as favelas estão em crescimento constante sendo vistas apenas como fonte de pobreza e insalubridade urbana, além de servir como fronteira para o capital. A partir de tal fato, é interessante apontar que morar nas favelas possuem suas vantagens, podendo trazer benefícios para seus moradores. Um exemplo é o Complexo da Maré que apesar de ser, para muitos, uma barreira física e social para o desenvolvimento urbano da cidade é uma região que possui vantagens locacionais atraentes para uma população que encontra enorme dificuldade de inserções no mercado de trabalho formal. Dentre essas vantagens destacam-se: a proximidade do Complexo a importantes vias da cidade (Av. Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha); a proximidade de ambientes onde há oferta de trabalho para pessoas com baixa qualificação, principalmente no setor de serviços; e o custo de transporte, fator que se torna cada vez mais importante no processo de aquisição de um emprego formal. (SMOLKA, 2003). Sendo assim, mesmo com baixos índices sociais, o Complexo da Maré ainda possui força de atração populacional e, portanto, pode ser considerado um importante território da cidade do Rio de Janeiro a ser analisado historicamente.

Vale ressaltar que a escolha do Complexo da Maré como foco deste trabalho girou em torno de algumas questões. Primeiramente, a minha vivência neste território (como moradora) serviram para obter uma visão panorâmica desse local, e assim desconstruir e resignificar as várias representações deste espaço. Em segundo lugar, devido a sua localização geográfica. O território da Maré está localizado próximo à Avenida Brasil e à Linha Vermelha, sendo assim, o "portal de entrada" do Rio de Janeiro. Por essa razão, é importante compreender o nascimento deste local, pois este torna-se uma passagem obrigatória para quem chega ao Rio, seja pelo Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, ou pela Linha Vermelha, Linha Amarela ou a Avenida Brasil. Em terceiro, devido a sua origem e sua diversidade interna. Grande parte das favelas que ocupam o Complexo da Maré surgiram em um ambiente alagadiço, sobre uma manguezal que foi aterrado para dar origem a habitações para a população de baixa renda. Outras surgiram como centro de habitações provisórias e conjuntos habitacionais. Estas favelas que compõem o Complexo da Maré estão localizadas em áreas planas ou morros, sendo ao todo formada por 16 comunidades com singularidades e características distintas, divididas por vias rodoviárias e também, por facções rivais do tráfico de drogas. Deve ser ressaltado, também, que, devido ao seu grande contingente populacional, o Complexo da Maré possui características singulares influenciando assim em sua extensa área territorial.

2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Derrubar cortiços, construir grandes avenidas, evitar a proliferação de doenças, e, sobretudo, evitar que a classe proletária se instalasse na área central da cidade, eram as

idealizações da classe dominante durante o século XX. Segundo Santos (2002, p.37), a paisagem é o domínio do visível e não se forma apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. É o conjunto de objetos que o nosso corpo alcança e identifica. Na visão da elite, esta paisagem era desestruturada pela classe proletária, pois estes viviam em condições insalubres e apresentavam altos índices de doenças.

Para manter a paisagem urbana da área central, a classe dominante carioca junto ao Estado, aumentavam o custo de vida neste território por meio de medidas econômicas, como grandes investimentos em infra-estrutura urbanística, e por essa razão, impediam uma ocupação mais efetiva das classes populares. Conseqüentemente, a cidade passou a ser caracterizada por uma divisão espacial e econômica, onde poucos eram beneficiados e muitos esquecidos. Para concretizar tais fatos, no período de governo de Rodrigues Alves (1902-1906) houve a destruição de cortiços e a construção de praças, jardins e avenidas. Com essas principais mudanças, nasce o Rio de Janeiro com uma nova face.

Maiolino (2008) aponta que o processo de urbanização do Rio de Janeiro, despertou esperança e alívio para a elite carioca. Isto porque tal projeto foi pensado como um modelo de cidade higiênica, onde o Rio de Janeiro iniciava suas mudanças em rumo à modernidade e progresso. Neste mesmo contexto, a *Arquitetura Revista 2000*, afirma:

“Hoje que a administração pública deixando o tempo teórico dos relatórios espalhafatosos envereda afinal pelo terreno da execução dos melhoramentos, hoje que se vai remodelando a velha metrópole rasgada por avenidas em todos os sentidos, demolindo-se e reconstruindo-se sofregamente, hoje que se sente, graças a isso, a esperança de se ver em breve um Rio de Janeiro formoso e higiênico, é hoje também ocasião de se voltarem as vistas para as lúgubres moradas onde vegeta a população indigente da cidade.”(Onde moram os pobres. *RENASCENÇA*, 1905. In: *ARQUITETURA REVISTA*, 1985, p.45)

Embora a urbanização seja um passo para o progresso civilizatório da cidade, tal processo se caracteriza como um ciclo vicioso, pois o espaço geográfico é composto por elementos – os homens, as infra-estruturas, o ambiente – que são reconhecidos como atores que estruturam e reestruturam o espaço da cidade. Logo, notamos que a urbanização da cidade é um processo longo e de caráter duradouro.

Com as mudanças urbanas na área central da cidade, a classe proletária iniciava uma procura de novas formas de moradia, já que esta não usufruía de recursos econômicos necessários para habitar em locais que exigiam alta renda financeira. Isto ocorreu devido as intervenções do Estado na cidade, o que trouxe benefícios para a mesma, como o aumento da qualidade de vida. Entretanto, a área central passou a ser habitada, em sua grande parte,

apenas pela classe alta e por consequência, a classe proletária não tinha acesso aos programas sociais realizados naquela época, passando a ter utilidade apenas como mão-de-obra barata.

Nos anos finais do século XIX, a economia brasileira estava crescendo acentuadamente. Devido a tal fato, a agilidade das importações tornava-se bastante necessária para que o Brasil ficasse reconhecido internacionalmente como importante modelo capitalista. Para que isso se realizasse, era inevitável aumentar a comercialização de mercadorias, que era débil devido as características coloniais da cidade.

O Rio de Janeiro precisava se tornar uma nova capital. Por esta razão, era primordial haver uma reformulação estrutural de toda essa área para que a cidade se transformasse em um espaço moderno e civilizatório, e conseqüentemente, um local de bem-estar e modelo urbanístico para diversas outras cidades atrasadas estruturalmente.

Em 30 de dezembro de 1902, é diretamente nomeado pelo então Presidente Rodrigues Alves, prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos. O novo prefeito encontrava uma cidade com fortes características coloniais, que pela insalubridade era campo fértil de inúmeras epidemias que atacavam toda a população, dentre as quais a febre amarela, a varíola, a malária e a tuberculose. Tal situação decorria principalmente do movimento portuário da cidade e da aguda crise de moradias por que passava, pois a maior parte de sua população vivia nos superlotados “cortiços”. Além disso, toda esta situação se via agravada pela falta de abastecimento de água e a inexistência de uma rede de esgotos eficiente (VÉRAS, 1999).

De acordo com Vêras (1999), no período da administração de Pereira Passos, o Rio de Janeiro passa por grandes obras que vão definitivamente mudar o aspecto da cidade colonial para o de uma cidade da Belle Époque, inspirada no modelo parisiense.

A reformulação da cidade se inicia com diversas intervenções do Estado, uma destas foi a Reforma Pereira Passos. Era preciso acabar com a idéia que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas; transformá-lo em um verdadeiro símbolo do “novo Brasil” (ABREU, 1997, p.78). A partir desta idéia adotada por grande parte da população carioca, este projeto foi planejado entre os anos de 1903 a 1906 com o objetivo de sanear e urbanizar a cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, Pereira Passos substitui suas despojadas fachadas coloniais, por outras no estilo eclético; cria-se um sistema de abastecimento de água e amplia-se o de esgotos; aterraram-se os charcos e mangues; abre-se a grande Avenida Central que rasga o centro da cidade; constroem-se prédios elegantes por toda sua extensão, destacando-se a Escola Nacional de Belas Artes, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional; constroem-se a Avenida Beira-mar; aterra-se toda região dos trapiches e se constrói o novo porto da cidade; derrubam-

se centenas de moradias coletivas conhecidas como cortiços, onde vivia a população mais pobre, sem que fosse oferecida qualquer outra opção. Por consequência, a região central da cidade se moderniza e se valoriza no mercado especulador. Com o incremento de novos meios de transportes que visavam diminuir as distâncias, a cidade avança para os subúrbios, numa clara política de remover para tais regiões a população de baixa renda (VÉRAS, 1999).

Com novas visões econômicas e ideológicas, a refuncionalização do espaço urbano da cidade não condizia com a existência da classe proletária em seu núcleo central. E por esta razão, a Reforma Pereira Passos deixa claro quem deve ou não estar/ habitar este novo espaço urbano carioca.

“(...) os perigosos para a saúde. Sua presença afetava o prestígio da capital republicana. No cortiço a superpopulação e a precariedade dos serviços de infra-estrutura (água, esgoto, lixo, energia e gás) somavam-se à precariedade higiênica e à ausência de conforto e privacidade. Obviamente, nele plasmaram-se padrões peculiares de cultura popular, bem como prosperaram traços de violência, como por exemplo, a capoeiragem. A República se propôs a cancelar os cortiços por razões urbanísticas e sanitárias explícitas, em busca de uma configuração de prestígio. A reforma urbanística nada propôs em relação aos quarteirões lindeiros à área reformada, tampouco sugeriu nenhum novo padrão de controle policial. Realizaram poucas políticas habitacionais para os pobres. Simplesmente não tomou considerações a moradia para o povo. Desconheceu o problema. Parecia que, para os homens da Reforma Passos, o povo era invisível.” (LESSA, Carlos. O Rio de Janeiro de todos os Brasis (Uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro – São Paulo. Editora Record, 2000. p.291 – 344

De acordo com Souza (2000, p.56) do período da Reforma Passos até os dias de hoje, várias remoções, intervenções, reconstruções foram implementadas pelo poder público, na busca de soluções para o "problema favela", que no decorrer desse processo urbanístico, ao contrário do que se projetava para a Cidade Maravilhosa, as favelas se consolidaram, crescendo em espaço físico e demográfico. Não obstante, a consolidação das favelas nos espaços urbanos do Rio, não diminuiu o grau de preconceito e a carga de intervenções do Estado com apoio de setores da sociedade carioca, nas favelas e aos seus habitantes.

A Reforma Pereira Passos também teve sua atuação no comércio livre. Foram erradicados os comércios de quiosques e a venda de produtos ambulantes, já que estas formas de trabalho eram vistas como problemas que desestruturavam a nova imagem da cidade. Estas aglomerações de comércio ao ar livre eram consideradas ilegais pela elite da época e

também contribuía para a insalubridade pública do local, por isso o extermínio deste comércio era desejado por grande parte da população.

Devido a demolição de cortiços, a população pobre se viu forçada a deixar a área central da cidade passando a morar em subúrbios pagando aluguéis altos ou ocupando as favelas. Este fato ocorreu pois foram construídas poucas habitações para substituir as que foram destruídas.

Com o surgimento de novas formas de moradias, as eliminações das contradições feitas por Pereira Passos trouxe outras inúmeras contradições, isto porque a classe proletária foi obrigada a deixar suas moradias no centro, e com isso, barracos eram construídos em terrenos próximos à metrópole. Vale ressaltar que estes locais não acomodavam toda a demanda. Logo, a única saída foi se instalar nas áreas próximas ao centro, onde houve um aumento da concentração populacional devido a grande geração de empregos no setor terciário e na indústria (SANTOS, 2002, p.47).

Como dito anteriormente, a Reforma Pereira Passos, cujo objetivo era erradicar as contradições sociais e econômicas da cidade, acabou transformando o Rio de Janeiro em um local ainda mais contraditório, pois na área central da cidade surgiam programas urbanos, como a assistência em hospitais e escolas públicas, que entrosavam a pobreza urbana com o território central. E com isso, a aparência do Rio de Janeiro começava a ser diferente do que Pereira Passos planejava.

“Cabe assinalar que as intervenções executadas naquele momento da Primeira República (1889-1930) não se enquadravam ainda no que se concebe como uma reforma urbana, mas tinham como mote ações localizadas, que permitissem criar essa nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à nova condição.” (CARDOSO, Adauto Lucio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: Ippur/ Fase, 1996. p. 59)

Antes de classificar a Reforma Pereira Passos como reforma urbana ou urbanística, cabe assinalar a diferença entre estas: entende-se reforma urbana não como uma remodelação do espaço físico, mas sim como uma reforma social estrutural, com uma forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população,

especialmente em sua parcela mais pobre e elevar o nível de justiça social. Em contrapartida, uma simples reforma urbanística costuma estar atrelada a um entendimento estreito do que seja o desenvolvimento urbano, ou seja, uma modernização da cidade, tendo por objetivo promover o embelezamento da cidade sem focar na promoção da justiça (SOUZA, 2003). Com isso, a Reforma Passos deve ser classificada como uma reforma urbanística, pois esta foi autoritária em seus métodos e conservadora em seus objetivos, uma vez que esta contribuiu para a instalação da população pobre nos subúrbios, diminuindo assim qualidade de vida deste grupo social. Vale ressaltar que este projeto contribuiu também para o desenvolvimento da desigualdade e não da justiça social, pois apenas beneficiou uma parte da população, ou seja, este projeto teve uma caráter excludente onde apenas visava o desenvolvimento urbano, caracterizado assim, como uma reforma urbanística.

Devido a crescente demanda de trabalhadores para as áreas centrais do Rio de Janeiro, ocorre o aumento populacional da cidade e por essa razão, as novas formas de habitações acabam se estendendo para outros locais, deixando de ser habitações provisórias adquirindo carácter mais permanente. Com isso, as novas formas de moradia cresceram acentuadamente, iniciando o processo conhecido como favelização.

2.1 O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

O acréscimo de favelas no Rio de Janeiro é uma resposta dos processos que geraram essa forma de habitação que nasceu ainda no século XIX. Esse modelo de moradia foi gerado a partir de uma crise habitacional que foi se agravando ao longo do tempo, além de crises políticas na República, como a Revolta Armada (1893-1894) e a campanha militar de Canudos (1896-1897).

A crise de moradias para a população pobre do Rio de Janeiro foi uma das características marcantes da cidade, principalmente em suas áreas centrais. Tal situação tornava-se ainda mais grave devido aos fluxos migratórios que a cidade recebia constantemente. Se por um lado, a política de incentivo à imigração contribuía para alimentar esse fluxo, a liberação gradativa de mão-de-obra escrava, e sua completa abolição em 1888, foram fatores que decididamente favoreceram o crescimento populacional do Rio (RIBEIRO, 2000).

É nesse contexto que deve ser analisado o surgimento das favelas cariocas. A falta de políticas públicas que objetivassem acabar com a crise habitacional, que durante anos foi um

problema presente na cidade, pode ser considerada um dos fatores principais que favoreceu a formação e o crescimento das favelas .

O processo de favelização acontece principalmente devido ao fato de grande parte da população pobre não poder mais habitar as "áreas nobres" do território. Isto ocorre porque a renda mensal destes não cobria todos os custos que eram cobrados, devido a um nobre estilo de vida, onde incluía transportes, aluguéis abusivos e preços altos de produtos comercializados. Por esta razão, a classe proletária começou a se expandir para locais onde o custo de vida era menor, já que grande parte era mal-remunerada em seus ofícios por possuírem um índice de escolaridade baixo (SANTOS, 1999). Assim, surgem as conhecidas favelas como sendo a única alternativa de moradia para essa população, nascendo assim, um novo espaço urbano no Rio de Janeiro, identificado como fonte de violência e pobreza.

Então, é inaugurado o urbanismo que se consolidou no Rio de Janeiro durante todo o século XX: é realizada a modernização excludente, isto é, o investimento econômico nas principais áreas que constituem o cenário da cidade oficial. Por consequência, surge uma diferenciação notória na ocupação do solo e na distribuição desigual dos mecanismos urbanos. Com a repartição dos equipamentos urbanos na cidade, a expansão principalmente do transporte ferroviário foi de extrema importância para o surgimento de favelas nos subúrbios do Rio de Janeiro. Os meios de transporte, juntamente às obras de infra-estrutura - energia, água, esgotos - contribuíram para a consolidação do loteamento residencial, que poderia ser veiculado tanto para os ricos quanto para os pobres.

Com o investimentos em áreas determinadas da cidade, o preço do terra começa a aumentar na restrita área urbana alimentada por uma boa infra-estrutura. Em meio à carência generalizada e sendo locais onde se concentram a pavimentação, os transportes, a água, os esgostos, a energia elétrica, as praças e os jardins, estabelece-se assim uma grande diferença de preços. Por essa razão, os proprietários das áreas centrais ficam favorecidos. Como parte desse valor vem dos investimentos públicos aplicados nas obras urbanas, é fundamental, para os proprietários de terra e para o nascente capital imobiliário, o controle sobre os recursos públicos (MARICATO, 1997).

Embora o governo brasileiro tenha incentivado as empresas capitalistas para iniciar a construção de moradias populares, isto acabou por não acontecer. Este fato ocorreu, principalmente, por conta das empresas não conseguirem competir com a livre produção informal, que foi incentivada pelo baixo poder aquisitivo da população. A saída para este frequente embate foi o investimento das empresas capitalistas imobiliárias na divisão do solo e comercialização de lotes, que raramente eram encaminhados ao mercado popular. Ainda

nesta lógica de mercado, a produção informal investia na construção de núcleos pequenos de casas para alugar. É neste contexto que nasce uma divisão sócio-espacial no território, constantemente incentivada pela especulação imobiliária.

Assim, o nascimento das favelas cariocas sempre esteve atrelado à crise habitacional da cidade, que segregou grande parte da população. Por consequência disto, as favelas cresciam nos morros próximos às áreas centrais como resultado de um Rio de Janeiro em processo de modernização.

As favelas são modelos de moradia com configuração sócio-espacial extremamente desigual na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Gonçalves, elas se formaram ainda século XIX, ocupando áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário. Estas formas de ocupação difundiram-se pelo tecido urbano carioca a partir dos anos 1920, onde ganharam um espaço de destaque na estrutura urbana e política da cidade. Vale ressaltar que as favelas localizavam-se em locais próximos ao mercado de trabalho, e, além disso, o custo de vida era relativamente baixo. Por essa razão, estas novas formas de moradia se tornaram elementos importantes para o desenvolvimento econômico da cidade, pois permitiram a redução do peso dos fatores moradia e transporte sobre o custo da mão-de-obra.

A maioria dos residentes na cidade do Rio de Janeiro eram destituídos de uma renda financeira favorável e por este motivo, a opção de morar em favelas acabou se generalizando, tornando-se a única saída para aqueles considerados “excluídos” da sociedade formal. A partir de então, as favelas ficaram conhecidas como estoque de mão-de-obra barata. Vale ressaltar que estas áreas favelizadas tornaram-se a única saída para a classe proletária, pois o custo de vida era baixo, além de possuir uma proximidade ao mercado de trabalho e também dominar uma grande circulação de transportes coletivos para qualquer ponto da cidade.

Entre uma das primeiras áreas a serem favelizadas, podemos citar o Morro da Providência. Considerada oficialmente a primeira favela do Rio de Janeiro, localizada atrás do prédio da Central do Brasil, foi nomeada inicialmente no final do século XIX como Morro da Favela (VALLADARES, 1998). Por volta de 1897, esta área começa a ser habitada por ex-combatentes da Guerra de Canudos devido aos entraves políticos e burocráticos que impediam as construções dos alojamentos prometidos pelo governo para residirem estes soldados. Por esta razão, estes militantes ocuparam provisoriamente esta área e acabaram permanecendo. Com a reforma Pereira Passos a população desta área aumentou acentuadamente, pois a classe proletária começou a se instalar nos morros das áreas próximas ao centro.

Desde o século XX as favelas vêm sendo representadas como pertencentes a outro mundo social e cultural, podendo ser designadas como uma "cidade à parte". Devido a proximidade espacial com os bairros de classe média bem estruturados e providos de equipamentos e serviços urbanos, surge um forte contraste social que evidencia a existência de "duas cidades" urbanisticamente opostas. Logo, as favelas são caracterizadas como outro mundo social à parte da cidade, identificado pela carência e desorganização.

Atualmente, o processo de favelização, uma das expressões espaciais que caracterizam a expansão da pobreza urbana, é fruto de ações sociais que acarretam em um processo complexo e de grande magnitude. Com o passar do tempo, a antiga imagem das favelas como territórios constituídos com barracos de madeira ou materiais improvisados e carência em infra-estrutura há muito tempo não condiz com a realidade, pois esta paisagem se transforma de acordo com as mudanças da sociedade.

Souza (2000) afirma que em quase todas as favelas do Rio de Janeiro, casas de alvenaria, ainda que mal-acabadas, dominam a paisagem, e a dotação de infra-estrutura técnica varia bastante de acordo com o tamanho, a localização, a antigüidade e o grau de consolidação do assentamento. A noção geral das favelas como espaços residenciais pobres e segregados permanece, sem dúvida, válida, se bem que algumas delas, dependendo de sua localização (como a Rocinha, na Zona Sul do município do Rio de Janeiro), passaram a ser alvo, a partir da década passada, de um afluxo de migrantes intra-urbanos constituído por elementos de uma classe média baixa empobrecida pela crise e em fuga de aluguéis altos e impostos.

Em meio ao constante processo de favelização que ocorre no Rio de Janeiro, a partir da década passada, a territorialização por parte do tráfico de drogas tem sido um importante aspecto atrelado a este processo de construção de um novo modelo habitacional da cidade. É possível notar que as favelas não são representadas como os únicos espaços socialmente segregados, onde há pontos de apoio logístico para o tráfico de drogas de varejo. Não se deve esquecer a participação, mesmo que seja de uma forma secundária, dos conjuntos habitacionais e de loteamentos da cidade. Além disso, os espaços segregados ganham um conferido destaque pelas mídias, onde são classificadas modelos-suporte ao tráfico de varejo. Esta forma de veiculação de informações sobre as favelas serve para desviar as atenções dos varejistas não-baseados em espaços residenciais pobres (usuários-revendedores e traficantes trabalhando com a distribuição de varejo operam a partir dos mais diferentes pontos da "cidade legal", como restaurantes, boates, instituições de ensino, apartamentos de classe média) e, finalmente, para deixar na sombra os atacadistas. Todavia, as favelas são, dentre

todos os espaços segregados, os locais preferenciais da territorialização realizada por traficantes de varejo. Por essa razão, a territorialização das favelas pelo crime organizado é uma das principais causas da fragmentação sociopolítico-espacial do território urbano e de desordem em todo o âmbito social, embora esta desordem também indique uma nova ordem social e espacial que delimita o seu espaço na cidade.

No Rio de Janeiro podemos distinguir dois tipos de territórios: os que estão legalizados e que pagam impostos e altas taxas, sendo localizados dentro de um grupo denominado “cidade formal”, e os que são ilegais frutos de invasões ou posse, classificados como “cidade informal”. As favelas, em sua maioria, que se expandiram no início deste século, são consequências de um avanço da sociedade e de políticas de governo. Estas surgem como mecanismos de defesa e de certo modo, contribuem para o desenvolvimento econômico da cidade, uma vez que o desenvolvimento das favelas é uma forma de diminuir seus custos de produção.

As favelas, além de contribuir para a construção do patrimônio cultural e artístico do Rio de Janeiro, constituem um processo arquitetônico singular que difere das estruturas tradicionais da cidade. Vale ressaltar que as favelas constituem uma estética própria, dita informal, que é distinta da estética dos bairros do território, com suas características peculiares. Este fato acontece pois as favelas são territórios que estão em constante movimento, onde os moradores são os principais responsáveis deste processo. Na cidade dita "formal" os moradores raramente estão envolvidos na construção ou desenvolvimento do seu espaço urbano, e mais especificamente, nos espaços públicos do seu local. Logo, a participação comunitária ocorre de forma muito mais expressiva nas áreas favelizadas em geral do que nos "territórios formais".

Com o crescimento populacional do Rio de Janeiro, surge a necessidade de melhorias no território, e por isso, são realizados alguns projetos de urbanização na cidade que serão tratados mais especificamente a seguir.

2.2 OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Áreas favelizadas começam a crescer rapidamente no Rio de Janeiro, com isso a Prefeitura começa a atuar junto ao Estado no processo urbanístico na cidade. Entra em ação o Plano Agache solicitado pelo prefeito da cidade Antônio Prado Júnior entre os anos de 1928 e 1930, iniciando-se mais um processo de remodelação da cidade. Tal plano de embelezamento urbano não foi devidamente implantado, no entanto abriu as portas para uma nova perspectiva

para urbanismo no Brasil, pois este projeto, de fato, interviu em diferentes locais da cidade e deu origem Departamento de Urbanismo do Rio de Janeiro. Por essa razão, este projeto acabou por se tornar um exemplo de urbanização na cidade (AGACHE, 2000).

Com o intuito de resolver problemas funcionais da cidade, gerando um ideal de capital e de sociedade moderna, Agache propôs algumas transformações que melhorassem a paisagem do Rio de Janeiro. Constrói-se então a Avenida Presidente Vargas, na década de 1940 e realiza-se o zoneamento da cidade, incluindo áreas verdes reservadas. Ainda em relação as estruturas viárias, Agache planejou a construção de três linhas de trem e a unificação dos terminais ferroviários da Leopoldina e da Central do Brasil localizada na Praça da Bandeira. Segundo Agache (2000, p.31), este programa erradicou conjuntos habitacionais considerados impróprios para se habitar e também realizou a separação das classes sociais entre o espaço urbano. Entretanto, são construídas habitações nos subúrbios que atendiam as demandas básicas para receber as pessoas retiradas das favelas erradicadas e do centro urbano. Embora esse plano tenha entrado em prática, a erradicação das favelas teve grande efetividade, pois a população suburbana só aumentava e por isso comunidades começavam a crescer rapidamente e os conjuntos habitacionais não atendiam à demanda populacional.

Apesar da realização de projetos de remodelação da cidade, as favelas continuavam a tecer seu espaço na área do Rio de Janeiro. Morar nestes locais talvez fosse a única opção de inserção social de moradores à cidade moderna, já que estes eram fortemente excluídos de um determinado modelo econômico e da sociedade urbanizada. Diante disso, o Rio de Janeiro se encontra perante a uma divisão sócio-espacial, que era imposta pela grande desigualdade de condições econômico-sociais.

Com a crescente migração para o Rio de Janeiro, a necessidade de morar perto do trabalho era cada vez maior. Este processo contribuiu para que estes migrantes morassem em terrenos desprezados pelos promotores imobiliários devido à "dificuldade" de construir sobre morros, mangues e terrenos inundáveis. Assim, cada vez mais se estende o processo de favelização em diversas direções.

Devido ao aumento do processo de urbanização na cidade, o setor industrial cresceu acentuadamente. Conseqüentemente, a crescente industrialização nesta área instigou a aceleração deste processo de urbanização. A partir destas afirmações percebemos que ambos processos estão intimamente ligados, pois as unidades fabris eram instaladas em locais que houvesse uma boa infra-estrutura, mercado consumidor e mão-de obra barata. Com o crescimento do setor industrial, principalmente a têxtil e a alimentícia, no século XX, o Rio de Janeiro necessitava de excessiva mão-de-obra para trabalhar nas unidades fabris, na

construção civil, no comércio ou nos serviços oferecidos. Por essa razão, milhares de migrantes se deslocavam do campo para a cidade (MIRANDA, 2000, p.96).

Com o crescimento do setor industrial outras áreas foram ganhando seu espaço na cidade, como o setor automobilístico (WOMACK, 1992, p.75). Devido ao crescimento da cidade, o automóvel passou a ser um bem necessário e acessível à classe alta da população. Por essa razão, o Rio de Janeiro passa a encontrar suas vias de acesso congestionadas seja pelo grande aumento do número de veículos nas ruas, seja pelo aumento da concentração da população que começava a habitar grandes prédios ou trabalhar em edifícios comerciais. Para tentar amenizar tal emblema, a cidade do Rio de Janeiro encontrou uma saída para solucionar tal falta: o Plano Doxiádis.

Na década de 60, o governador Carlos Lacerda sugeriu ao arquiteto grego Constantino Doxiádis que realizasse um projeto que solucionasse os engarrafamentos no Rio de Janeiro. Com isso, Doxiádis logo propôs a construção de 5 linhas de acesso para diferentes pontos da cidade: a Linha Vermelha (ligando São Cristovão à cidade de São João de Meriti); a Linha Amarela (ligando a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão); a Linha Verde (ligando a Via Dutra à Gávea); a Linha Marron (ligando o Centro à Santa Cruz) e a Linha Azul (ligando a Zona Sul à Barra da Tijuca). O Plano Doxiádis, também conhecido como “Plano Policromático”, foi concluído no ano de 1963 e no entanto, só foi publicado no ano de 1965, quando o governador Carlos Lacerda estava deixando seu cargo. O governador Raphael de Almeida Guimarães, sucessor de Carlos Lacerda, não pôs o Plano Doxiádis em prática (BORGES, 2009, p.51).

Ainda no ano de 1975, quando o Estado da Guanabara se fundia com o Estado do Rio de Janeiro, o Plano Doxiádis só havia ficado conhecido em teoria. Após 27 anos, em 2002, o Plano Doxiádis foi colocado em prática pelo então governador Leonel Brizola que construiu uma parte da Linha Vermelha, área de 7km, entre São Cristovão e a Ilha do Fundão. Após dois anos, a Linha Vermelha fica completa com a construção de uma área de 14km ligando a Ilha do Fundão à Rodovia Presidente Dutra. No ano de 1995, o prefeito César Maia continuou com o Plano Doxiádis. Constrói-se então a Linha Amarela, dividida em três lotes: Lote 1 (Ligando a Av. Ayrton Senna, na Barra, à av. Geremário Dantas, em Jacarepaguá); Lote 2 (Ligando a av. Geremário Dantas, à rua Pernambuco, no Encantado); Lote 3 (ligando a rua Pernambuco à av. Novo Rio, em Bonsucesso). A Linha Verde planejada pelo arquiteto Doxiádis, começou a ser construída com a av. Pastor Luther King (antiga av. Automóvel Clube) e o Túnel Noel Rosa, no entanto, sua construção parou por aqui (BORGES, 2009, p.49).

O Plano Doxiádis, apesar de não ter sido concluído, ajudou a diminuir a retenção do trânsito e a diminuição do tempo de viagem para diferentes pontos do Rio de Janeiro. Até hoje a Linha Vermelha e a Linha Amarela são importantes vias de locomoção da cidade. Embora essas linhas tenham diminuído um pouco o trânsito caótico do Rio, ainda existem problemas em relação ao congestionamento, já que há apenas a Avenida Brasil para ligar a zona oeste ao centro e a zona sul (BORGES, 2009). Por este motivo, qualquer imprevisto que haja nessa via, seja uma chuva ou até um acidente, o trajeto de trinta minutos torna-se horas.

A outra linha de acesso projetada por Doxiádis foi a Linha Azul, que facilitaria o acesso da Zona Oeste à Zona Sul. No entanto, esta linha não foi construída, fazendo com que esse percurso seja longo e demorado. A Linha Marrom, que ligaria o Centro à Santa Cruz, cortando a Zona Oeste, iria ajudar a diminuir o congestionamento e o número de veículos na Avenida Brasil, dando duas opções para os cariocas se deslocarem e também iria agilizar e encurtar o tempo de viagem da população (BORGES, 2009).

Segundo Piñon (2008), nos finais do século XX, o desenvolvimento industrial e o crescimento populacional se acentua na cidade. Devido a tal fato, o Rio de Janeiro se deparou com a necessidade de passar por um novo plano de remodelação. Por isso, no período de 1995 a 2000 realiza-se o Projeto Rio Cidade que constituía um dos projetos do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Este projeto começou a ser realizado na administração municipal do Prefeito César Maia que visava o embelezamento da paisagem urbana e a melhoria da infraestrutura da Cidade do Rio de Janeiro, através da recuperação e transformação de locais já desgastados pelo tempo, transformando-os em ruas, praças e áreas de lazer, que proporcionem bem-estar e conforto aos seus usuários, revitalizando ainda as áreas, sob o ponto de vista econômico.

Diferentemente dos projetos de urbanização ditos anteriormente, o Projeto Rio Cidade realizou diversas intervenções urbanas nos locais mais importantes dos principais bairros cariocas, ou seja, este projeto de urbanização atuou em áreas que tinham irregularidades em diversos pontos da cidade e por isso realizou intervenções em diferentes localidades. Por essa razão, o Projeto Rio não deve ser interpretado como um plano de reforma urbana que modificou os meios de circulação da cidade, como o Plano Agache com a construção da Avenida Presidente Vargas e o Plano Doxiádis, com a construção das principais vias de acesso do território. Assim, compreende-se o Projeto Rio não como um projeto que transformou toda a rotina urbana, mas sim como um plano que solucionou problemas específicos de cada área da cidade.

De acordo com Piñon (2008) o Projeto Rio Cidade foi dividido em dois momentos. No primeiro momento, o Rio Cidade I, beneficiou 15 localidades diferentes: Bonsucesso, Penha, Ilha do Governador, Tijuca, Méier, Centro, Copacabana, Leblon, Madureira, Catete, Botafogo, Pavuna, Vila Isabel, Campo Grande e Ipanema. No segundo momento, o Rio Cidade II também beneficiou 14 bairros do Rio de Janeiro: Bangu, Irajá, Madureira, Santa Cruz, Realengo, Praça Seca, Haddock Lobo, Ramos, Campo Grande, Marechal Hermes, Rocha Miranda, Largo do Bicão, Grajaú e Santa Teresa.

A realização desses principais projetos de urbanização deram uma nova face ao Rio de Janeiro. Entretanto, tais projetos só foram implantados em bairros formais da cidade, não abrangendo as favelas localizadas na mesma. Por essa razão, a favela passou caracterizada a ser um local que englobava um grande contingente populacional, caracterizada como foco de insalubridade e pobreza urbana, desestruturando a imagem de “Cidade Maravilhosa” do Rio de Janeiro.

Devido ao senso comum, é normal caracterizar as favelas como áreas marginalizadas e com grande índice de violência e tráfico de drogas. Entretanto, este aglomerado é um mercado informal de habitação para aquelas pessoas que não possuem acesso às habitações formais nas áreas centrais da cidade. Apesar de ser um local de baixa renda, a favela e os territórios formais estão completamente interligados. Ambos possuem grande proximidade territorial, mas entre as distâncias sociais e econômicas há um grande nível de diferença. As favelas são os padrões de moradia popular na cidade do Rio de Janeiro, caracterizadas por péssimas infra-estruturas, insalubridades, irregularidades urbanísticas e grande índice de habitantes. Em relação a este último, o quantitativo possui disparidades, segundo o Censo Maré 2000 as estimativas estão em torno de 1.300.000 e 2.000.000 de habitantes, sendo o total da população da cidade de 6.161.047 habitantes.

Hoje, o assunto que está em pauta já não é mais, felizmente, sobre a remoção e realocação dos habitantes das favelas para áreas distantes da cidade. Com o passar do tempo, o processo de urbanização das favelas transformou-se em um direito necessário, que abrange desde os campos social e político, até questões do âmbito cultural ou da estética.

2.3. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS

As favelas são reconhecidas já como um problema secular na dinâmica da urbanização carioca. Ao longo desses 100 anos de vida, foram glorificadas e criticadas, tendo sido objeto de algumas iniciativas do poder público no sentido de enfrentar o desafio que representavam

para a sociedade carioca. Já nos anos 20 e 30 do século passado, as favelas são criticadas e consideradas como "manchas" na paisagem urbana da cidade, sendo invariavelmente recomendada a sua extinção. Os planos e regulamentos urbanísticos (aí incluindo o plano Agache) as colocavam fora da legalidade urbana, recomendando a sua remoção, sob argumentos inspirados, principalmente no sanitarismo, mas que também incluíam aspectos funcionais e estéticos (AGACHE, 2000).

A este respeito Valladares (2008) afirma que a sociedade brasileira sempre teve dificuldades para aceitar os assentamentos precários - ocupações "irregulares", loteamentos clandestinos e favelas - que surgem nas cidades. Por essa razão, estas áreas na visão geral seriam fruto da desordenação e da ausência do poder público nas cidades cariocas. Historicamente o caos urbano, na visão comum era fruto do crescimento desordenado das metrópoles, mas o panorama encontrado pode sim ser explicado pela formação histórica e política do país.

Favelas, cortiços, palafitas, entre outras, são entendidas, na maioria das vezes, como áreas marginalizadas e não como alternativa de moradia para aquelas famílias que não têm acesso ao mercado formal de habitação e serviços públicos. Durante duas décadas a política habitacional tinha girado entorno das remoções de ocupações indesejáveis, deslocando as populações para conjuntos habitacionais construídos em áreas distantes dos centros, reforçando a idéia da ocupação de terras públicas próximas aos locais de trabalho desta população. Fortalecem-se e consolidam-se os assentamentos precários, especialmente as favelas. Os programas de urbanização de assentamentos precários têm origem na atuação pontual do poder público nas áreas de baixa renda, com o objetivo de implantar uma mínima infra-estrutura de saneamento básico, que por muitas vezes, não atendem efetivamente as necessidades nem da comunidade residente, nem dos moradores do entorno. Embora ainda não seja decisão de um consenso, a prática de "urbanização de favelas" evoluiu no Rio de Janeiro de forma gradativa, acompanhando o processo de democratização do país (VALLADARES, 2008).

Atualmente, as favelas do Rio de Janeiro são conjuntos habitacionais que precisam ser consolidadas. Como foi dito anteriormente, grande parte da população do século XX da cidade objetivavam a erradicação das favelas, pois eram entendidas somente como fontes de marginalidade, violência e proliferação de doenças. Entretanto, com o passar do tempo, nascem certas dificuldades que implicam na remoção da população desses territórios, e também, a sua implantação em outros conjuntos habitacionais. Sendo assim, a única saída é

realizar medidas para que este modelo de habitação seja consolidado, projetando objetivos de melhoria nas infra-estruturas urbanas em cada uma das favelas da cidade.

O processo de urbanização de favelas implica em atender as demandas das populações que ali habitam, como a melhoria da infra-estrutura e uma maior integração com a cidade considerada formal. Isto acarreta em uma melhoria parcial nas condições de vida dos moradores que ali residem. Para que este processo se concretizasse, foram realizados programas sociais como o Favela-Bairro, que visava integrar os territórios informais com a cidade formal e também efetivar as ações integradas físico-econômico e sociais. Na primeira fase deste projeto, no ano de 1994, a principal meta, embora não tenha sido praticado integralmente, era solucionar os principais problemas na favela, contribuindo para a melhoria da infra-estrutura, englobando a erradicação da insalubridade e a implantação de serviços sociais.

O projeto Favela-Bairro além de ser caracterizado como um grande projeto de urbanização, também é conhecido como um projeto de integração. Isto porque este realizou a intervenção física na favela e também contribuiu para o desenvolvimento urbano e social de algumas favelas do Rio de Janeiro, acarretando assim, em um desenvolvimento econômico estrutural de diferentes pontos da cidade. Vale ressaltar que este projeto realizou programas que integravam a cidade com a favela, contribuindo para que esta deixasse de ser vista como um local marginalizado e excluído da metrópole urbana.

Para que algumas favelas se tornassem locais com uma infra-estrutura adequada, o Projeto Favela-Bairro construiu serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário, circulação viária, drenagem pluvial, contenção e estabilização de encostas, coleta de lixo, limpeza e iluminação públicas, educação sanitária e ambiental. Além disso, para a implantação de lazer no local, são construídos parques, praças e jardins. Esta intervenção, realizada na primeira fase do projeto, foi realizada em 62 comunidades distintas. Na segunda fase do projeto, a intervenção contemplou 89 favelas e 17 loteamentos que visava a urbanização integrada, a atenção à criança e ao adolescente, a geração de trabalho e renda e também o desenvolvimento institucional (SMH, 2003).

Apesar destas intervenções do Programa Favela-Bairro, tal projeto não teve continuidade, pois este não apresentava condições à manutenção e conservação destas melhorias. Vale ressaltar que o avanço na qualidade de vida não se restringe apenas aos aspectos urbanísticos, pois engloba também aspectos sócios-econômicos, ambientais e jurídicos.

3 A CARACTERIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DA MARÉ

As intervenções urbanas ocorreram ao longo do processo histórico da cidade, inclusive em áreas favelizadas. Entretanto, no Complexo da Maré só ocorrerá algum projeto de urbanização na final da década de 90. É dentro deste contexto, que apresentaremos o surgimento e o processo de urbanização do Complexo da Maré, que é caracterizada como o maior conjunto de favelas da América Latina (VAZ, 2010).

O Complexo da Maré viveu um intenso processo de crescimento e expansão de sua área original. Este crescimento pode ser dividido em duas fases: na primeira houve a consolidação dos núcleos de habitação construídos pelos primeiros moradores da região, são eles: Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Conjunto Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1965) e Praia de Ramos (1962); a segunda fase de crescimento se refere a intervenção do poder público que construiu as seguintes comunidades: Nova Holanda (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1983), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1989), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000).

Essas duas fases de expansão do território se distinguem também pelas relações estabelecidas pelo poder público: na primeira fase de crescimento (1940-1980) havia a

constante ameaça de remoção do Estado sobre os moradores. Essas ameaças se tornavam freqüentes e se caracterizavam por um conflito violento, onde era consolidado o controle sobre os moradores, seja pelas forças policiais, exército ou por instituições do Estado. Assim, um dos principais problemas que assombrava todas as comunidades pioneiras da Maré era o medo de remoção. Desde o nascimento deste território, essa era a maior preocupação dos moradores, ninguém desejava deixar este local e morar em subúrbios distantes, devido aos laços de afeto que se formavam e seu menor custo de vida.

Na década de 1980, o poder federal substituiu a política repressiva de remoção por programas de urbanização, um deles foi o Projeto Rio do Governo Federal. Esta ideia se consolidou pois o Estado chegou à conclusão que era impossível remover as favelas da cidade, já que a retirada da população desses locais se tornava um processo demorado e conturbante, pois os moradores reagiam às remoções, não aceitando que todos deixassem as suas moradias e por isso, estabeleceu-se uma forte pressão dos moradores às políticas de Estado.

Um dos programas de urbanização que atuou no Complexo da Maré foi o Projeto Rio que tinha como objetivo retirar as palafitas sob as águas da Baía de Guanabara localizadas no Complexo da Maré e construir aterros para a implantação de conjuntos habitacionais para abrigar os moradores que foram retirados das palafitas. Segundo Vaz (2010), este momento foi marcado por um grande evento político e eleitoral do então presidente João Figueiredo, ao lado de artistas e personalidades, angariando intenções de votos para Moreira Franco (candidato ao governo do Estado).

Após a realização do Projeto Rio houve um decréscimo populacional no território da Maré, acarretado pela retirada das palafitas do local. Com a construção dos aterros, o movimento de expansão territorial se tornou mais controlado, isto por que não houve crescimentos acentuados como antes nas áreas inundáveis.

Apesar desta intervenção, a visibilidade decorrente da localização geográfica, o fato de sua paisagem ter sido durante muitos anos dominada por palafitas (habitações precárias suspensas sobre a lama e a água) e a contrastante proximidade com o Aeroporto Internacional do Galeão e a Universidade Federal do Rio de Janeiro contribuíram, em geral, para a percepção da Maré como um espaço globalmente miserável, violento e destituído de condições dignas de vida.

No território da Maré é encontrada a maior diversidade de formas urbanas e arquitetônicas referentes a habitações populares nas suas diferentes comunidades. Neste

conjunto de territórios é encontrado desde favela labiríntica até o mais complexo modelo habitacional cartesiano, onde foi se transformando de áreas alagadas em áreas favelizadas.

Segundo o Censo Maré 2000, o Complexo da Maré possui cerca de 138.000 habitantes. Esta população se divide de forma desigual entre as seguintes comunidades: Baixa do Sapateiro, Mandacaru, Marcílio Dias, Morro do Timbau, Nova Holanda, Parque Maré, Parque União, Ramos, Roquete Pinto, Rubens Vaz, Nova Maré, Conjunto Pinheiros, Salsa e Merengue, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Esperança, Vila Pinheiros, Vila do João.

A origem do território da Maré se estabelece a partir do desenvolvimento industrial da cidade, que foi acelerada com a construção da Avenida Brasil. As primeiras ocupações deste local se iniciaram na década de 1930, onde donos de chácaras portuguesas e italianas começaram a habitar este território que só havia mangues e praias. Com a criação da Avenida Brasil, na década de 1940, surgem condições favoráveis para o crescimento da esfera, como a maior circulação de migrantes para este local até então desconhecido.

A grande maioria das favelas surgidas no Rio, no período 1948-1960, localizou-se nas proximidades da Av. Brasil, que já eram número de 47 em 1960, respondendo por uma população de 111.341 habitantes. A praia do Apicum, um antigo manguezal, já era agora um denso conjunto de casas de palafitas, denominadas Favelas da Maré, adensadas a partir de diversas obras realizadas na região, entre as quais, os aterros da Cidade Universitária e do aeroporto do Galeão. Acompanhando o surto industrial e resistindo a política oficial de expulsão da população proletária para os subúrbios mais afastados e Baixada, as favelas da Maré e seu vertiginoso crescimento, refletiam a perversidade do mundo urbano industrial. Concorrendo em espaço com as indústrias, diversas favelas seriam erradicadas, durante o período de governo Carlos Lacerda (1961-1965), operação que teria continuidade durante a Ditadura Militar. (VAZ, Lilian Fessler. Um território híbrido na Maré, RJ. Novo território cultural?. 2010. , op.cit., p.353

A ocupação por parte dos migrantes vai ocorrendo em áreas cujos terrenos não tinham ainda sido objeto da especulação imobiliária, como os morros, encostas e pântanos da cidade, bem como em áreas cuja propriedade era duvidosa, ou pertencente à União ou outros órgãos governamentais. A área hoje ocupada pela Maré oferecia todas as condições para este tipo de ocupação: tratava-se de área cuja propriedade era desconhecida, em boa parte terras devoluta e terrenos da marinha, em proximidade à área industrial, próxima ainda à importante via de

acesso (Av. Brasil), cujos terrenos de pedreiras, encostas e manguezais não tinham interesse para a especulação (VALLADARES, 2008). Com o crescimento da região, na década de 1970 surgem as primeiras habitações que eram de casas sobre palafitas localizadas nas águas da Baía de Guanabara (VAZ, 2010). Sobre o processo de formação das comunidades da Maré, VAZ (2010) argumenta que:

“As comunidades que formam o complexo têm características e processos espaciais bem distintos, que vão do mais planejado ao mais espontâneo, do mais regular ao mais irregular, do mais formal ao mais informal, do mais projetado ao mais livre. As diferentes entre as formas, que hoje constituem uma diversidade muito rica, se deram por vários fatores: a história de cada ocupação, as características do sítio, as questões de propriedade, as origens da população, a organização da comunidade, os contextos políticos e sociais. Uma grande gama de formas espaciais pode ser encontradas na Maré... As diferentes comunidades são tão distintas como os diferentes bairros de uma cidade formal e chegam a ter identidades próprias, que constituem, todas juntas, a cultura multifacetada da Maré” (VAZ, Lilian Fessler. Um território híbrido na Maré, RJ. Novo território cultural?. 2010. , op.cit., p.353

Segundo Cardoso (1996), o território da Maré sofreu diversas intervenções por parte dos moradores que realizaram diferentes implantações habitacionais nesse local, ou também por parte da iniciativa privada que implantou diversos programas sociais no território. Com isso, o Complexo da Maré é sinônimo de um local diversificado e marcado por uma profunda heterogeneidade. Apesar destas observações gerais sobre este território, é possível perceber que, a partir de um visão panorâmica, há uma distribuição desigual da população entre seus bairros. Este fator é decorrente de diferentes motivos, tais como: o papel realizado pela própria população, que construiu o seu espaço a partir de suas vivências e práticas sociais; a configuração física do espaço (características do terreno), proporcionando e limitando diferentes formas de ocupar esse lugar; as práticas do poder público, ora incentivando, ora limitando, ora induzindo a ocupação a partir de suas ações sobre o espaço.

A partir de todo este processo, foi criada uma das organizações mais conhecidas da Maré: o CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré). Criado no final da década de 1990, esta Organização Não-Governamental foi formada por um conjunto de moradores que possuem um histórico de inserção com os movimentos sociais e conseguiram atingir o nível universitário. Esta ONG tem como objetivo lutar pela melhoria de seu próprio local de

moradia e também contribuir para o desenvolvimento cultural e educacional do território (SILVA, 2007). Além de ampliar as possibilidades para o exercício de cidadania, a primeira atividade desenvolvida pela organização foi o Curso Pré-Vestibular da Maré (CPV). A alta taxa de aprovação no vestibular de inúmeras universidades públicas mostrou a relevância social da ONG e deu visibilidade ao CEASM. A Rede Sociopedagógica proposta pelo CEASM objetiva articular grupos sociais comprometidos com a qualidade de vida dos moradores. É nesse sentido que o Centro desenvolve, atualmente, um conjunto de ações voltadas para a educação, cultura, comunicação e geração de trabalho/renda (VAZ, 2010).

Atualmente, o Complexo da Maré é vítima de uma apartação social, devido às facções rivais existentes e a ausência das políticas públicas do Estado, além de ser refém do crime organizado do tráfico de drogas. Este último possui cada vez mais presença, acarretando na difícil locomoção entre as comunidades da Maré, que são comandadas por grupos armados que cada vez mais se expande para o resto da cidade. Este complexo é caracterizado por certa singularidade entre as comunidades, pois cada uma delas possui uma formação histórica e também são marcadas pelas chamadas “fronteiras internas” (facções rivais), que delimitam até onde um morador pode circular dentro da Maré.

A população do Complexo da Maré compreende em torno de 2,26% da população do município do Rio de Janeiro e 0,97% do estado do Rio de Janeiro, segundo o censo Maré 2000. Esse dado coloca a Maré como o maior conjunto de favelas do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deste local é 0,722, enquanto a média da cidade do Rio de Janeiro é de 0,842. Este índice assinala que são melhores as condições de educação, esperança de vida ao nascer e renda per capita da população da cidade do Rio de Janeiro como um todo, enquanto comparada ao Complexo da Maré. Os moradores da Gávea apresentam o melhor IDH entre os bairros da capital carioca: 0,970. Segundo os dados do censo de 2000 (IBGE), a taxa de analfabetismo do Brasil é 13,6%, no Complexo da Maré é de 11,4%, ultrapassando o município do Rio de Janeiro (4,4%). Assim, apesar de estar um pouco abaixo da taxa nacional, a taxa de analfabetos na Maré é quase o triplo do município do Rio de Janeiro. Isso significa dizer que dentre as 31 regiões administrativas (RA) existentes no município, a Maré tem o segundo maior índice de analfabetos. (CENSO MARÉ, 2000). No ano de 1994, o Complexo da Maré passa a ser classificado como Bairro e se integra a 30ª Administração Regional da Prefeitura do Rio de Janeiro. Assim, se torna mais fácil a atuação de políticas públicas que visavam administrar e controlar este território. Entretanto, de acordo com os resultados do Censo Maré (2000, p.26):

"Os moradores não reconhecem o seu espaço de moradia como um bairro. Para eles seria necessária a melhoria das condições dos serviços urbanos e, principalmente, a conformidade entre a regras da cidade e as da favela; em particular no que diz respeito às práticas e intervenção do poder público quanto as regras de sociabilidade da cidade e as da favela, no sentido do reconhecimento e da expansão dos direitos e deveres de cidadania políticas dos seus moradores no campo cultural, jurídico e econômico." (VAZ, Lilian Fessler. Um território híbrido na Maré, RJ. Novo território cultural?. 2010. , op.cit., p.106)

Recentemente foi colocado em discussão o projeto “A Maré que Queremos”, que visa melhorias na infra-estrutura do local e diminuição na defasagem de qualidade de vida, como saneamento básico (água e esgoto), rede pluvial, pavimentação e melhoria no sistema de coleta de lixo. Embora as comunidades sejam diferentes, encontramos os mesmos problemas em todas elas: esgoto a céu aberto, falta de áreas de lazer, de água, luz, postes caindo, poucas árvores, má comunicação, etc. Este projeto está em discussão junto à Prefeitura e ao Estado, e também serve de base para mobilizar moradores neste processo de transformação em um local com qualidade de vida. (VAZ, 2010)

De acordo com os dados do Censo Maré 2000, existem 10 creches comunitárias e municipais (para 21.036 crianças de 0 a 6 anos), 16 escolas municipais e estaduais (sendo apenas sete para o ensino fundamental de 5º a 8º série para uma população de 18.400 crianças de 7 a 14 anos) e destas, apenas duas oferecem ensino médio (VAZ, 2010). Essa dado é preocupante porque a maior parte desta população não tem condições de manter seu filho em escolas particulares, levando a entender os motivos da baixa escolaridade neste território.

4 CONCLUSÃO

O percurso realizado até o momento permite afirmar que o crescimento vertiginoso das cidades trouxe a conseqüente ocupação irregular e o surgimento de favelas, como o Complexo da Maré . O crescimento urbano, quando não acompanhado de um investimento em infraestrutura básica (água, esgoto, luz, pavimentação), é considerado como um “inchaço”, ou seja, um crescimento não benéfico, sob o ponto de vista da qualidade de vida da população. A cidade do Rio de Janeiro está em constante processo de urbanização e este alcança um crescimento populacional em diferentes pontos da cidade, juntamente com os avanços em infra-estrutura.

O processo de favelização se instala no território de forma rápida e extensa, englobando conjuntos habitacionais, omitindo espaços livres, ocupando ambientes frágeis e por fim, tornando a paisagem periférica homogênea. Com a expansão e consolidação das favelas, estas começaram a ser classificadas como verdadeiros problemas urbanos: como impedimento físico, que impedia o escoamento do sistema viário; como fatores principais da degradação ambiental, devido a ausência de saneamento; como centros de insalubridade, dada as péssimas condições de moradia; como foco de marginais, caracterizando a favela como a sede da exclusão social. Devido a esta situação, as políticas urbanas da década de 70 voltaram-se para a urbanização das favelas, entretanto, careciam de políticas públicas mais eficientes com o objetivo de inteirar socialmente estes territórios ao restante da conjuntura

urbana. Nos dias de hoje, é incorporado uma política de tolerância, apesar de possuir instrumentos jurídicos mais precisos para responder à informalidade das favelas.

Esta política colaborou para que a favela se transformasse em um território marginal, e ao mesmo tempo, estruturante da paisagem periférica da cidade. Além disso, a política de tolerância estimulou uma linhagem de ausência jurídica que regulou a atuação do estado nas favelas. Estas se consolidaram à margem da legislação e não se defrontaram com um reconhecimento jurídico que as indentificassem como um território integrante da cidade. Com a fixação das favelas, e seu reconhecimento como parte integrante da cidade, surge ao mesmo tempo, um novo pacto sóciopolítico que, conferindo às particularidades das favelas, investigue e pratique o modelo jurídicourbanístico exposto pela Constituição de 1988, que tem por objetivo garantir o acesso à moradia e à cidade pela população favelada, de forma que o espaço urbano não torne-se apenas um mecanismo de reprodução do capital.

O poder público, ONGs, empresas, associações de moradores e o tráfico de drogas, tornaram-se os principais atores das constantes disputas pelas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Na virada do século XIX para o século XX, impuseram à percepção pública uma visão das favelas que se consolidou ao passar dos anos, caracterizando-as, de forma universal, como territórios sedes da pobreza e da violência, que são propriedades intrínsecas, ou seja, uma decorrente da outra. Classificada como a única realidade, essa retratação ficou caracterizada como uma barreira para o surgimento de uma visão benéfica das favelas, e por essa razão, dificultou que estas fossem enxergadas em toda a sua complexidade.

Assim, a livre associação entre pobreza e violência que contribuiu para a iniciativa de investimentos com o objetivo de erradicar as favelas, também colaborou, com o passar dos anos, para a sua consolidação e urbanização. E além disso, foram importantes fatores que ajudaram na realização de vertiginosos investimentos e projetos sociais. Com isso, a falta de políticas públicas que contribuem para a carência de saneamento e infraestrutura nestes territórios, devem ser interpretadas como um dos principais efeitos sociais que foram minimizados diante da nova conjuntura política e dos investimentos realizados nestes locais. Diante disto, a interferência destes atores sociais contribuíram para o surgimento de novos caminhos que foram incorporados em postos públicos e nas diversas ONGs, onde nasceram novas redes de relações, englobando espaços até então impensáveis, como os gabinetes públicos estaduais, federais e municipais, sendo reconhecido até internacionalmente. Assim, estes conjuntos de atores contribuíram para um processo de diferenciação social, onde alguns destes tiveram condições de criar suas próprias ONGs. Então, na mesma medida que começaram a receber recursos importantes, que obtiveram meios de comunicação direta com o

poder público, as associações de moradores, que é uma importante liderança da favela, mesmo não perdendo a sua importância política, deixaram por realizar suas duas importantes funções: mobilizar os moradores e pressionar as autoridades.

É dentro deste contexto que deve ser analisado o surgimento das favelas cariocas. A ausência de políticas públicas que visassem acabar com a crise habitacional, que durante um longo período foi uma situação difícil de ser resolvida na cidade, pode ser interpretada como um dos fatores principais que favoreceu a formação e o crescimento das favelas .

Devido ao contexto histórico da cidade, a favela passou a ser caracterizada como um local onde as relações e práticas sociais não são voltadas para o crescimento social e político do indivíduo. Os moradores, que são circundados constantemente pelo tráfico, pela violência, pela miséria e tantas outras “situações ruins” são vítimas diárias do preconceito da população, pois são vistos como favelados, logo, más pessoas. Não se pode reclamar e esperar do governo uma melhoria para a situação das favelas de braços cruzados. A iniciativa e o voluntariado são fatores essenciais para uma mudança total da visão panorâmica das favelas. Ao relatar sobre as consolidação destas, junto ao seu caráter histórico, pôde-se perceber que a favela não é cercada apenas de más influências, voltadas a formar marginais, ela também envolve integrantes e programas sociais que possuem como objetivo transformar o futuro de quem vive ali. Aqui está apresentado uma outra visão da favela, onde a maioria não tem interesse ou curiosidade em saber que existe.

A partir do momento que se conhece com profundidade as favelas, é possível construir ou aceitar um nova visão destas. Com isso, é necessário mostrar o olhar de dentro da comunidade, produzindo características e notícias produzidas pela própria população e não mostradas apenas pela mídia.

A favela é uma cidade à parte, e por essa razão, necessita de uma atenção especial. Toda a sociedade merece dignidade onde quer que seja, juntamente à educação e saúde, o que contribui para a motivação por um ideal. É isto que diferencia este território do restante da cidade. Se a favela se integrar à cidade, talvez surgiria um lugar melhor; com moradia a todos, saúde e educação como fatores principais para o bem-estar das pessoas e um ambiente sadio com boa infra-estrutura que atenda as demandas de toda aquela população.

Por fim, é de extrema importância a criação de mecanismos de regulação social sobre a administração pública, a fim de minimizar ou solucionar os problemas encontrados nas favelas, sendo capaz de dar voz a comunidade e priorizar as demandas nesses territórios. Neste sentido, o contexto histórico da Maré apresenta um intenso confronto de lutas e unificação das ações de seus moradores, associações e instituições a fim reivindicar

transformações e garantir a melhoria da qualidade de vida ao longo do tempo. Isto ressalta que, atualmente, é possível unir forças para que novas mudanças e ações sejam realizadas com o intuito de transformar a Maré em um bairro consolidado e integrá-lo à cidade, assegurando os direitos de cada morador.

REFERÊNCIAS

- AS FAVELAS DA MARÉ. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>> Acesso em: 23 abr. 2011.
- ABREU, M. A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento. Rio de Janeiro. Prefeitura do Distrito Federal, 1930, apud VALLADARES (2000).
- BORGES, Luan. Plano Doxiádis: a melhor obra que nunca saiu do papel. 2009. Disponível em: < <http://bloginternacional.wordpress.com/2009/02/13/plano-doxiadis-a-melhor-obra-do-rio-que-nunca-saiu-do-papel/>> Acesso em: 15 mar. 2011.
- CARDOSO, Adauto Lucio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: Ippur/ Fase, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão no território: uma nota. 2010. Disponível em: < http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/01_3_correa.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2010
- IONE, Silveira. Visões sobre o favela-bairro. 2004. Disponível em: < <http://artigosereportagens.blogspot.com/2004/09/vises-sobre-o-favela-bairro.html>>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- _____. Jornal Maré de notícias. 2010. Disponível em: <https://docs.google.com/leaf?id=0B8N0KWyZ4ayHY2EzZTI3YTgtYmM5OS00MTkzLWI1ZTAyY2RhYjM5YTF1OTVh&hl=pt_BR&authkey=CMyli70L> Acesso em: 12 fev. 2011.
- LESSA, Carlos. O Rio de Janeiro de todos os Brasis (Uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro – São Paulo. Editora Record, 2000. p.291 – 344

LOPES, Marcelo. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro. Editora Bertrand, 2000. p 111-115.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. Espaço urbano: conflitos e subjetividade. Brasil: Ed.

MAUAD. 2008. < <http://www.prof2000.pt/users/castanhas/Pagina5.htm> > Acesso em: 20 jun. 2011.

MARICATO, Ermínia. Habitação e cidade. São Paulo. Editora Atual, 1997.

MIRANDA, Ângelo Tiago. Urbanização no Brasil – Consequências e características da cidade. 2000. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u57.jhtm>>. Acesso em: 11 Jun. 2011.

MOREIRA, Fernando. Urbanismo, modernidade e projeto nacional: reflexões em torno do Plano Agache. 2005. <<http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Fernando%20Diniz%20Moreira.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2011.

OLIVEIRA, Francisco. O processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro e suas principais mudanças. 2010. Disponível em: <<http://www.servicosocialweb.xpg.com.br/o-processo-de-urbanizacao-da-cidade-do-rio-de-janeiro-e-as-suas-principais-mudancas.html>>. Acesso em: 13 nov. 2010

Onde moram os pobres. RENASCENÇA – Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes, 1905. In: QUINHÕES, Trajano Garcia. O Rio de Janeiro visto na Revista Renascença. *Arquitetura Revista*, v.7, n.7. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1989, p. 44 a 56.

PIÑON, Márcio Oliveira. 2008. Projeto Rio Cidade: Intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338.htm>> Acesso em: 13 Jun. 2011

RIBEIRO, C. T. Avaliação do Planejamento dos projetos do Programa Favela-Bairro (1º etapa): resultados e recomendações. Rio de Janeiro: IPPUR, 1996.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan: Ippur, UFRJ: Fase, 2000-b. p. 63-98.

SANTOS, Milton. A natureza e o espaço: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Editora Nobel, 1987, apud VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Notas ainda preliminares sobre a exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed.) Por uma sociologia da exclusão social: o debate com serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

SILVA, Renata Souza. 2007. O cidadão e o Complexo da Maré. Disponível em: < http://serv01.informacao.andi.org.br/-79c2f01_115d80a527a_-7fde.pdf > Acesso em: 02 mar. 2011.

SILVA, Eliana Sousa. Censo Maré 2000: Uma experiência de coleta e geração de informações socioculturais e econômicas numa favela da cidade do Rio de Janeiro. 2000.

Disponível em:

<http://www.iets.org.br/biblioteca/Censo_Mare_2000_Uma_experiencia_de_coleta_e_geracao_de_informacoes.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2010

SMOLKA, Martin. *Aspectos econômicos da produção informal do espaço urbano e dos programas de regularização*. Apresentação realizada no Seminário Nacional de Regularização Fundiária Sustentável, Brasília, Ministério das Cidades, julho de 2003.

Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/>

[Cidades_secretaria_programas_urbanos_esperiencia.htm](http://www.cidades.gov.br/Cidades_secretaria_programas_urbanos_esperiencia.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2011

SMH- SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO/ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Programa Favela Bairro*. Disponível em:<

<http://www.rio.rj.gov.br/habitacao.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

SOUZA, Rogério Ferreira. Ações e contradições: impactos do programa Favela-Bairro em uma favela carioca. 2003. <www.sbsociologia.com.br/portal/index> Acesso em: 22 jun. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Desafio Metropolitano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VAZ, Lilian Fessler. Um território híbrido na Maré, RJ. Novo território cultural?. 2002.

VALLADARES, L. Revisitando a favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. Anais do XXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1998, 35 p.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Notas ainda preliminares sobre a exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (ed.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999, p. 13-49.

WOMACK, James; JONES, Daniel T. & ROOS, Daniel. (1992). A máquina que mudou o mundo. Campus. Rio de Janeiro.